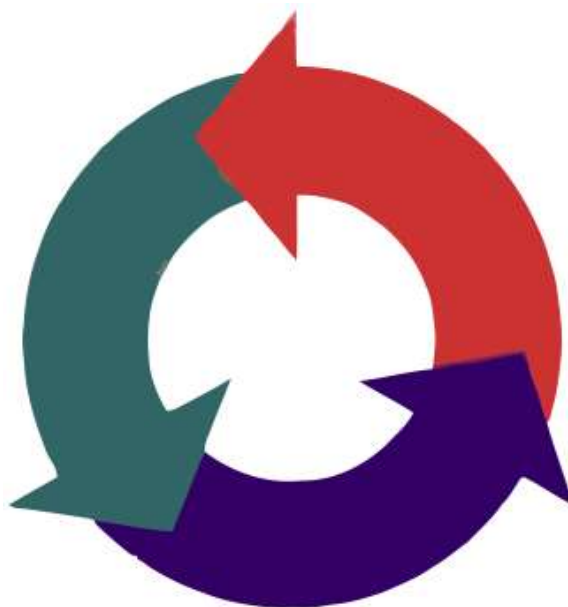


Ministério do Meio Ambiente

Coleta de óleo lubrificante usado ou contaminado – 2020 (ano base 2019)



**RELATÓRIO EM ATENDIMENTO À RESOLUÇÃO
CONAMA N° 362/2005 SOBRE ÓLEOS
LUBRIFICANTES USADOS E/OU CONTAMINADOS
(OLUC).**

Brasília/DF, setembro de 2020

Ministro de Estado do Meio Ambiente

RICARDO SALLES

Secretário Executivo

LUÍS GUSTAVO BIAGIONI

Secretário de Qualidade Ambiental

ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA

Diretor de Qualidade Ambiental e Gestão de Resíduos

LUIZ GUSTAVO GALLO VILELA

I. INTRODUÇÃO

O presente relatório atende ao disposto nas resoluções CONAMA nº 362, de 2005, e nº 450, de 2012, em relação às metas obrigatórias estabelecidas pelos Ministérios de Meio Ambiente e de Minas e Energia para a coleta de óleo lubrificante usado ou contaminado (OLUC), que deve ser realizada pelos produtores e importadores de óleo lubrificante acabado (OLAC).

A Resolução CONAMA nº 362, de 2005, trata do recolhimento, coleta e destinação final de óleo lubrificante usado ou contaminado:

Art. 1º Todo óleo lubrificante usado ou contaminado deverá ser recolhido, coletado e ter destinação final, de modo que não afete negativamente o meio ambiente e propicie a máxima recuperação dos constituintes nele contidos, na forma prevista nesta Resolução.

Os produtores e os importadores de óleo lubrificante acabado devem coletar, ou garantir a coleta, e dar destinação final ao óleo lubrificante usado ou contaminado, respeitando a proporção do óleo lubrificante acabado que colocarem no mercado. O óleo lubrificante usado ou contaminado é um resíduo perigoso. Por esse motivo, deve ser gerenciado de forma adequada, visando o seu retorno para a cadeia produtiva, o que também representa impactos positivos para o meio ambiente e para a saúde das pessoas.

A coleta do óleo lubrificante usado ou contaminado é efetuada em inúmeros estabelecimentos geradores dispersos no território nacional e concorre com um mercado clandestino de uso ilegal do resíduo para finalidades diversas daquela estabelecida pela legislação.

A técnica atualmente recomendada para evitar a contaminação ambiental - estabelecida pelas resoluções - é o envio do óleo lubrificante usado ou contaminado para reciclagem e recuperação de seus componentes úteis por meio de um processo industrial conhecido como rerrefino, gerando um óleo básico.

Haja vista a característica predominante do petróleo brasileiro, pobre em óleo básico, que é insumo para a fabricação dos lubrificantes, a prática do rerrefino tem grande relevância para a estratégia econômica do país, pois propicia a recuperação das matérias-primas nobres existentes nos óleos lubrificantes usados ou contaminados, o que diminui a necessidade de importação de petróleo leve por parte dos fabricantes de lubrificantes¹.

¹ A densidade do petróleo é classificada por uma escala hidrométrica denominada grau API, idealizada pelo *American Petroleum Institute* – API, juntamente com a *National Bureau of Standards*, utilizada para medir a densidade relativa de líquidos (Portaria ANP nº 206, de 29/08/2000). Quanto maior a densidade, menor será o grau API. Petróleo com grau API maior que 30 é considerado leve.

O art. 8º da Resolução CONAMA nº 362/2005 atribui ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP e aos órgãos estaduais de meio ambiente, estes, quando solicitados, a responsabilidade pelo controle e verificação do exato cumprimento dos percentuais de coleta fixados pela Portaria Interministerial MMA/MME nº 100/2016.

Não obstante, a fiscalização do cumprimento das obrigações previstas na Resolução CONAMA nº 362/2005 e a aplicação das sanções cabíveis é de responsabilidade do IBAMA e do órgão estadual e municipal de meio ambiente, sem prejuízo da competência própria do órgão regulador da indústria do petróleo.

A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) é o órgão regulador das atividades que integram a indústria do petróleo e gás natural e a dos biocombustíveis no Brasil, incluindo a atribuição de fiscalização com o desenvolvimento do Sistema de Informações de Movimentação de Produto - SIMP.

O SIMP é o sistema institucional da ANP para o recebimento das informações de mercado de óleo combustível, incluindo os dados sobre a coleta e destinação do óleo lubrificante usado ou contaminado, os quais subsidiam a elaboração deste relatório (www.anp.gov.br/simp).

II. PERCENTUAL MÍNIMO DE COLETA

A Portaria Interministerial MMA/MME nº 100, de 2016, definiu o percentual mínimo de coleta de óleos lubrificantes usados ou contaminados (Tabela 1). No ano 2019 o percentual mínimo de coleta para o Brasil foi de 40,10% do volume de óleo lubrificante acabado comercializado no país.

Tabela 1. Percentual Mínimo de Coleta de OLUC.

Ano	Regiões					Brasil
	Nordeste	Norte	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	
2016	33,00%	32,00%	36,00%	42,00%	38,00%	38,90%
2017	34,00%	33,00%	36,00%	42,00%	38,00%	39,20%
2018	35,00%	35,00%	37,00%	42,00%	39,00%	39,70%
2019	36,00%	36,00%	38,00%	42,00%	40,00%	40,10%

Fonte: Portaria Interministerial MMA/MME nº 100 de 2016.

Para o estabelecimento do percentual mínimo de coleta de óleos lubrificantes usados ou contaminados, o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério de Minas e Energia atendem aos seguintes critérios especificados no art. 7º, parágrafo único, da Resolução CONAMA nº 362, de 2005:

- I – análise do mercado de óleos lubrificantes acabados, na qual serão considerados os dados dos últimos três anos;*
- II – tendência da frota nacional quer seja rodoviária, ferroviária, naval ou aérea;*
- III – tendência do parque máquinas industriais consumidoras de óleo, inclusive agroindustriais;*
- IV – capacidade instalada de rerrefino;*
- V – avaliação do sistema de recolhimento e destinação de óleo lubrificante usado ou contaminado;*
- VI – novas destinações do óleo lubrificante usado ou contaminado, devidamente autorizadas;*
- VII – critérios regionais; e*
- VIII – as quantidades de óleo usado ou contaminado efetivamente coletadas.*

III. INFRAESTRUTURA DA COLETA

De acordo com os dados da ANP, existem 24 empresas autorizadas a exercer a atividade de coleta de óleo lubrificante usado ou contaminado no Brasil, conforme apresentado no Gráfico 1. Informações mais detalhadas podem ser encontradas no Painel Dinâmico do Mercado Brasileiro de Lubrificantes, ano 2019, que contém a relação de todos os coletores autorizados.

Existem também 13 empresas em território nacional autorizadas a exercer a atividade de rerrefino de óleo lubrificante usado ou contaminado, conforme mostrado no Gráfico 2. Apenas no estado de São Paulo existem sete unidades. Os estados de Minas Gerais e Amazonas possuem duas unidades em operação e os estados Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro possuem uma unidade cada um.

Informações mais detalhadas sobre a relação de todos os rerrefinadores autorizados pela ANP podem ser encontradas no Painel Dinâmico do Mercado Brasileiro de Lubrificantes/municípios com coleta (<http://www.anp.gov.br/lubrificantes/5610-painel-dinamico-do-mercado-brasileiro-de-lubrificantes>), ano 2019. Além disso, nos sites do Instituto Jogue Limpo (<https://joguelimpo.org.br/institucional/ondeatuamos.php>) e do Sindirrefino (<https://www.sindirrefino.org.br/coleta/centros-de-coleta>) podem ser consultadas informações sobre centrais de recebimento, pontos de entrega voluntária e recicladoras.

Gráfico 1. Localização das empresas coletoras (dezembro/2019).

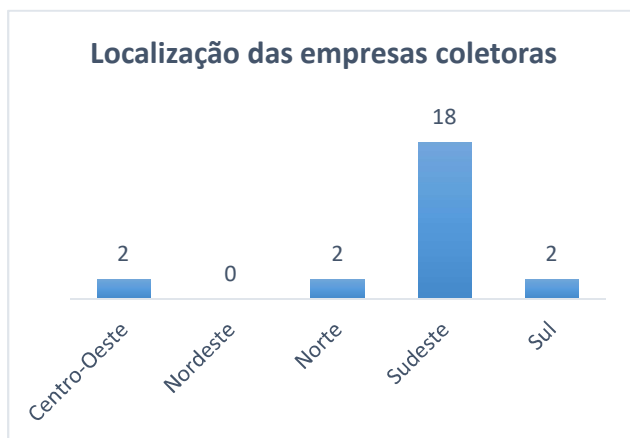
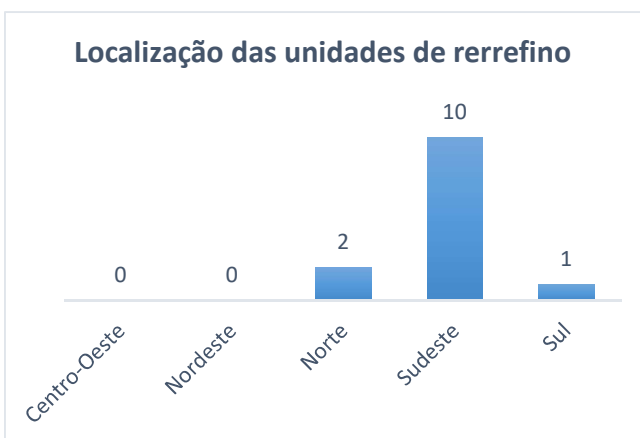


Gráfico 2: Localização das unidades de rerrefino (dezembro/2019).

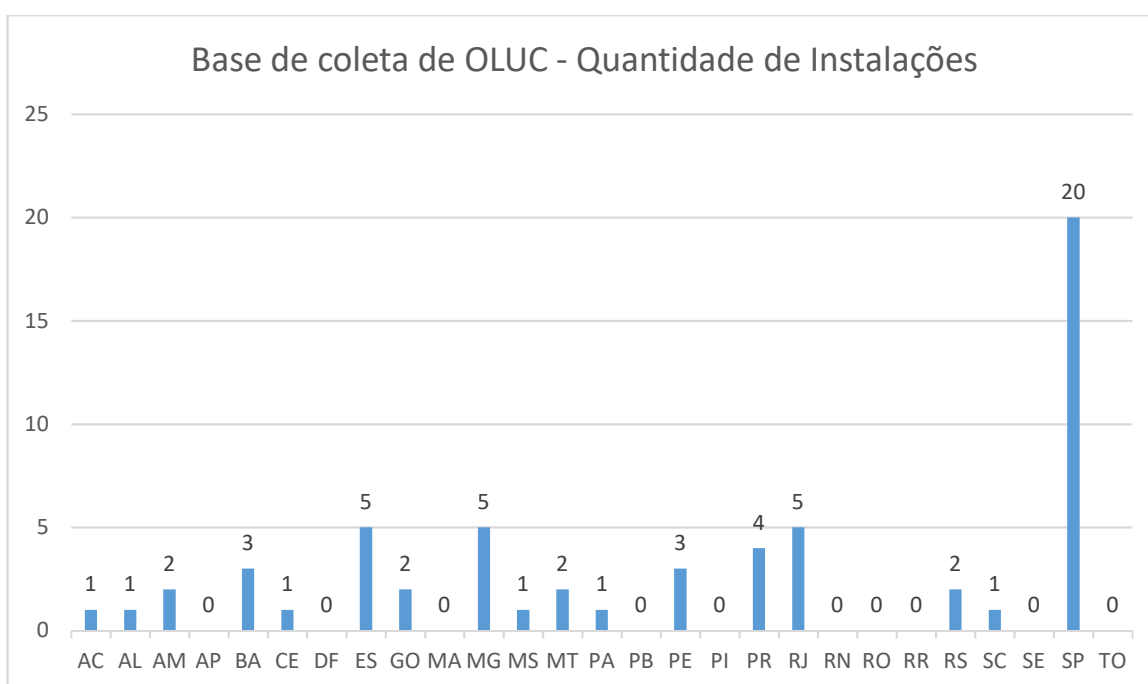


Fonte: Painel Dinâmico do Mercado Brasileiro de Lubrificantes/municípios com coleta.

IV. LOCALIZAÇÃO DE COLETA DE OLUC

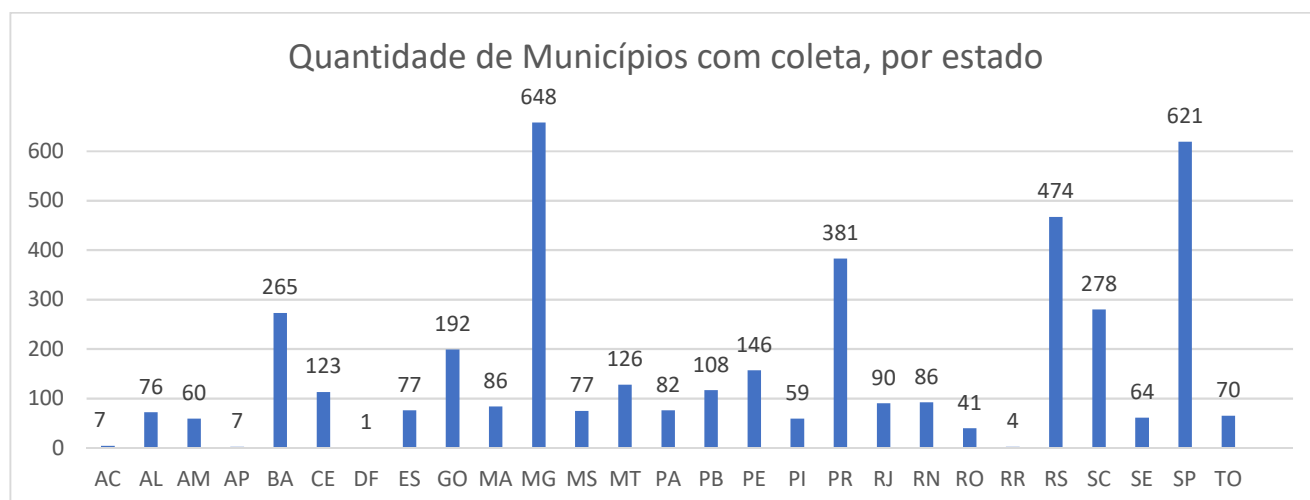
A localização das instalações autorizadas de coleta de OLUC são representadas nos Gráficos 3 e 4, e são detalhadas no Painel Dinâmico do Mercado Brasileiro de Lubrificantes/instalações autorizadas, ano 2019 (<http://www.anp.gov.br/lubrificantes/5610-painel-dinamico-do-mercado-brasileiro-de-lubrificantes>).

Gráfico 3. Bases de coleta em dezembro de 2019



Fonte: Painel Dinâmico do Mercado Brasileiro de Lubrificantes, ano 2019.

Gráfico 4. Municípios com coleta em 2019.



Fonte: Painel Dinâmico do Mercado Brasileiro de Lubrificantes, ano 2019.

V. CUMPRIMENTO DAS METAS DE COLETA DE OLUC

A Tabela 2 apresenta as metas estabelecidas pela Portaria Interministerial MMA/MME nº 100, de 2016, e os volumes (em litros) de óleos lubrificantes comercializados e coletados, por região, no ano de 2019, com base no painel dinâmico da Agência Nacional do Petróleo.

Tabela 2. Metas e resultados de coleta de OLUC em 2019

Região	Base de cálculo* (litros)	Meta Portaria (%)	Meta (litros)	Coletado contratado (litros)	Contratado (%)
Centro-Oeste	132.404.000	38,00	50.313.520	51.672.000	39,03
Nordeste	166.433.000	36,00	59.915.880	60.753.000	36,50
Norte	93.772.000	36,00	33.757.920	35.173.000	37,51
Sudeste	507.892.000	42,00	213.314.640	216.636.000	42,65
Sul	219.517.000	40,00	87.806.800	89.838.000	40,93
BRASIL	1.210.018.000	40,10	449.127.619	454.072.000	40,54

* Base de cálculo refere-se ao total de óleo comercializado já descontadas as frações dispensadas da coleta relacionadas no art. 15 da Resolução ANP nº 17, de 2009, e no art. 25 da Resolução ANP nº 18, de 2009.

Para verificação quanto ao cumprimento da meta, é realizada a divisão entre o volume coletado contratado (em litros) e a quantidade comercializada subtraída da quantidade dispensada de coleta (em

litros). O resultado é multiplicado por 100 e expresso em %, de forma que se possa comparar com o valor da meta estabelecida (em %).

De acordo com a Resolução Conama nº 362/2005, não integram a base de cálculo da quantia de óleo lubrificante usado ou contaminado a ser coletada pelo produtor ou importador, os seguintes óleos lubrificantes acabados:

- destinados à pulverização agrícola;
- para correntes de motosserra;
- industriais que integram o produto final, não gerando resíduo;
- de estampagem;
- para motores dois tempos;
- destinados à utilização em sistemas selados que não exijam troca ou que impliquem em perda total do óleo;
- solúveis;
- fabricados à base de asfalto;
- destinados à exportação, incluindo aqueles incorporados em máquinas e equipamentos destinados à exportação; e
- todo óleo lubrificante básico ou acabado comercializado entre as empresas produtoras, entre as empresas importadoras, ou entre produtores e importadores, devidamente autorizados pela Agência Nacional do Petróleo – ANP.

Conforme se percebe no balanço lançado no início de 2020, o volume de OLUC coletado contratado no país atingiu o patamar de 40,54% do volume de óleo comercializado em 2019, resultado acima do valor da meta nacional prevista de 40,10% na Portaria Interministerial MMA/MME nº 100, de 2016. Em termos regionais, ocorreram variações entre os resultados com superação das metas em todas regiões do país.

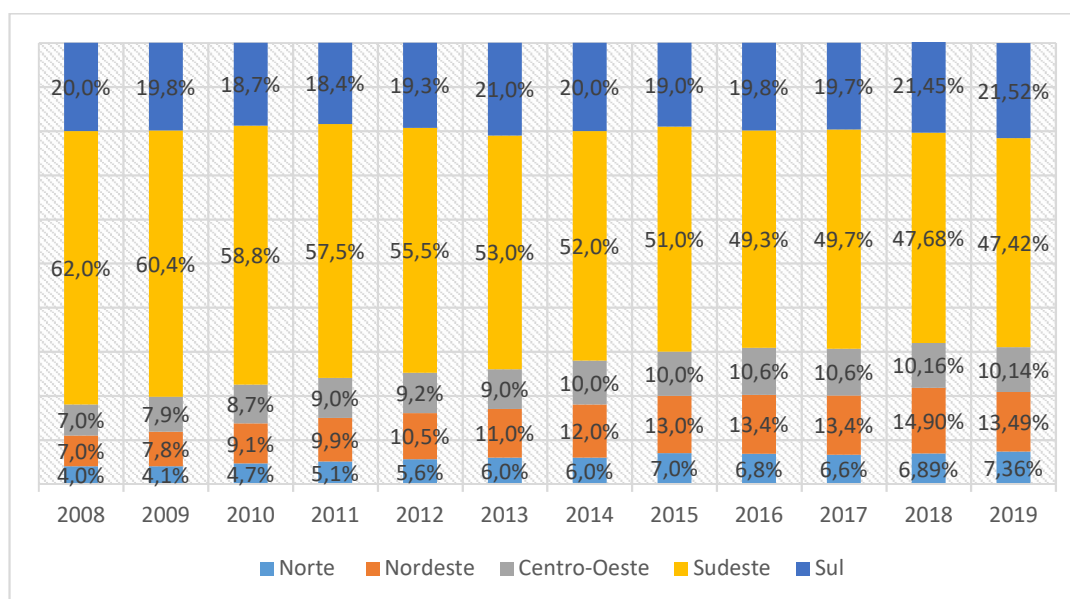
A Tabela 3 apresenta a série histórica dos dados de comercialização de óleos lubrificantes e coleta de OLUC, em litros, com o objetivo de proporcionar o acompanhamento da implementação desse importante normativo ambiental. O valor apresentado na coluna “2008-2013” aponta a média dos valores declarados naqueles anos.

Tabela 3. Série histórica OLUK comercializado versus coletado, em litros (2008 – 2019)

Anos	Comercializado	Coletado
Média 2008-2013	1.296.615.099	477.336.741
2014	1.198.256.297	451.862.035
2015	1.129.867.990	445.811.873
2016	1.040.958.016	413.667.667
2017	1.053.748.277	431.039.661
2018	1.316.367.177	424.035.776
2019	1.367.528.000	489.419.000

O Gráfico 5 mostra a evolução da coleta de OLUK por região no período de 2008 a 2019.

Gráfico 5. Série histórica da participação de cada região na coleta de OLUK (2008 a 2019).



O Ministério do Meio Ambiente, o Ministério de Minas e Energia, o IBAMA e a ANP vêm realizando ações para aumentar o percentual efetivo de coleta do OLUK. O percentual de óleo recolhido no país vem atendendo a meta pré-estabelecida nacionalmente na Portaria Interministerial MMA/MME nº 100, de 2016. Com a redução da destinação inadequada do óleo lubrificante usado ou contaminado, a cadeia produtiva brasileira de óleo lubrificante básico se tornará mais eficiente, com consequente diminuição dos impactos negativos causados por este resíduo perigoso ao meio ambiente e à saúde humana.

Ressalta-se a importância de ações de fiscalização e de maior divulgação e conscientização das pessoas sobre o tema, de forma a reduzir o descarte inadequado e o uso ilegal de OLUC como combustível irregular e impermeabilizante, dentre outras aplicações, que trazem impactos negativos à saúde das pessoas e ao meio ambiente. Não foram identificados registros de auto de infração em âmbito nacional. Para os próximos anos estão sendo desenvolvidos indicadores e metas que farão parte do planejamento de fiscalização do IBAMA.

VI. CONCLUSÃO

As normas ambientais vigentes estabelecem metas crescentes para coleta e destinação final ambientalmente adequada de óleo lubrificante usado ou contaminado. No ano de 2019 as metas de coleta de óleo lubrificante usado ou contaminado foram superadas em todas as regiões, bem como a meta nacional foi atendida.